

Dívida pública em títulos cresceu 424% no Real

Débito equivalia a R\$ 378 bilhões em novembro de 98 e aumentou com a desvalorização do real

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI
e VÂNIA CRISTINO

BRASÍLIA – A dívida líquida de todo o setor público já representava 41,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em novembro, equivalente a R\$ 378,271 bilhões, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). Depois da desvalorização do real e da alta dos juros, em meados de janeiro, esse saldo é maior, mas ainda não foi calculado.

A meta do governo, anunciada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, na semana passada, é estabilizar a dívida líquida em 46,5% do PIB em 2001.

O crescimento do volume de títulos públicos federais vendidos no mercado para financiar o déficit fiscal – o excesso de gastos dos três níveis de governo e estaduais em relação às suas receitas – foi um dos principais fatores que influenciaram o comportamento da dívida líquida em relação ao PIB.

De acordo com dados do BC, entre dezembro de 1994 e dezembro de 1998, o estoque de títulos públicos no mercado aumentou 424,2%. O salto foi de R\$ 61,782 bilhões para R\$ 323,860 bilhões. Em consequência, ficou ainda maior o peso relativo da dívida interna líquida no endividamento total.

Dos 41,9% do PIB alcançados pela dívida líquida total, 36% correspondem à dívida interna líquida (R\$ 324,899 bilhões) e apenas 5,9% do PIB são da dívida líquida exter-

DÍVIDA PÚBLICA				
As necessidades de financiamento de todo setor público (em % do PIB)				
Discriminação	1997		1998	
	jan-nov	Ano	jan-out	jan-nov
Nominal	4,94	6,10	7,45	7,83
Governo central	1,88	2,44	4,98	5,43
Governo federal e Banco Central	2,35	2,63	4,92	5,37
Estatais federais	-0,47	-0,19	0,06	0,06
Governos regionais	3,06	3,65	2,47	2,40
Governos estaduais	-	-	1,94	1,88
Governos municipais	-	-	0,22	0,22
Estatais estaduais	0,67	0,60	0,26	0,25
Estatais municipais	0,03	0,03	0,05	0,05
Primário	-0,14	0,92	-0,26	-0,07
Governo central	-0,57	-0,01	-0,66	-0,42
Governo federal e Banco Central	-0,34	-0,06	-1,32	-1,19
INSS	0,34	0,32	0,57	0,68
Estatais federais	-0,58	-0,27	0,09	0,09
Governos regionais	0,43	0,92	0,40	0,35
Governos estaduais	-	-	0,48	0,45
Governos municipais	-	-	-0,20	-0,21
Estatais estaduais	0,25	0,18	0,08	0,08
Estatais municipais	0,02	0,02	0,03	0,03

na (R\$ 53,373 bilhões). Os juros pagos pelos governos ao mercado, para refinarçar a dívida interna, são bem mais elevados que os cobrados pelos credores internacionais.

Os títulos pós-fixados representavam em dezembro 69,1% da dívida mobiliária federal (em títulos). Desse total, os papéis com cláusula de correção cambial somavam 21%. Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes,

esse porcentual deverá crescer depois da desvalorização do real. O prazo médio dos papéis públicos federais fechou o ano de 1998 em 6,33 meses; em novembro, era de 7,31 meses. A conta de juros, em consequência das altas taxas cobradas nos últimos anos, também elevou o saldo da dívida líquida.

Ainda de acordo com os números do BC, que são retroativos apenas a 1997, o País gastou R\$ 44,923

bilhões em juros da dívida em 1997. De janeiro a novembro do ano passado, esse total já estava em R\$ 65,740 bilhões. Essa despesa deverá ser ainda maior em 1999, por causa do impacto da desvalorização do real na dívida.

A privatização apenas ajudou a segurar uma expansão ainda maior do endividamento do País nos últimos anos. Segundo Lopes, de dezembro de 1995 até novembro de

1998, a venda do patrimônio público da União, dos Estados e municípios resultou em R\$ 30,650 bilhões de abatimento na dívida – de um total de cerca de R\$ 85 bilhões das receitas acumuladas pelo programa de desestatização. Altamir Lopes não soube explicar o que foi feito com a diferença entre a receita total obtida e o montante utilizado para abater dívidas.

O ingresso de recursos da privatização para abater dívida (R\$ 30,650 bilhões), no entanto, foi insuficiente para cobrir os passivos assumidos pelo governo federal. No mesmo período, o total de “esqueletos” que o governo federal “retirou do armário” – dívidas com vários setores, até estatais, que não eram reconhecidas nem contabilizadas nas estatísticas oficiais – foi de R\$ 36,337 bilhões. Ou seja, os débitos incorporados no saldo da dívida pública ficou R\$ 5,687 bilhões acima das receitas da privatização utilizadas para abater a dívida. Entre esses passivos, estão débitos do Tesouro Nacional com o Banco do Brasil e a securitização de dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS).

A renegociação das dívidas dos Estados com a União também impactou o comportamento da dívida líquida pública. Esse refinanciamento contribuiu para que a parcela do governo federal e do BC no endividamento global, de 15,9% do PIB em dezembro de 96, passasse para 25% do PIB (R\$ 225,829 bilhões) em novembro de 98.

O grau de endividamento dos Estados, ao contrário, cresceu menos – de 11,2% do PIB em dezembro de 1997 para 12,2% (R\$ 110,117 bilhões) em novembro de 98, de acordo com os dados do BC.